CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

“Dark Horse”: Dino cita suspeita de que Frias liderou esquema de desvios

Fonte original: Diário do Centro do Mundo. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Diário do Centro do Mundo (diariodocentrodomundo.com.br)
Autor	Diario do Centro do Mundo
Data de publicação	13/09/2026 15:21
URL original	https://www.diariodocentrodomundo.com.br/dino-cita-mario-frias-suspeita-lideranca-desvios/
Relevância	Baixa · Investigação e Justiça · Notícia
Pessoas citadas	Mário Frias, Karina Gama, Flávio Dino, Jair Bolsonaro
Organizações	Complexsys, Academia Nacional de Cultura (ANC), Supremo Tribunal Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Polícia Federal
Data da coleta	29/09/2026 10:07
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 18:35
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• As representações policiais citadas na decisão indicam que a Complexsys Soluções Integradas Ltda., contratada pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB) para executar projetos com recursos públicos, recebeu transferências diretas de Mario Frias.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Diário do Centro do Mundo

RESUMO

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), apontou indícios de que o deputado federal Mario Frias (PL-SP) pode ter ocupado posição de liderança em um suposto esquema de desvio e ocultação de recursos públicos. A Polícia Federal também investiga a hipótese de que parte dos valores tenha financiado a cinebiografia “Dark Horse”, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A ANC era administrada por Karina Ferreira da Gama, que também geria o ICB e atuou como produtora de “Dark Horse”.

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), apontou indícios de que o deputado federal Mario Frias (PL-SP) pode ter ocupado posição de liderança em um suposto esquema de desvio e ocultação de recursos públicos. Neste domingo (13), Dino retirou o sigilo de documentos enviados pela Justiça de São Paulo e reuniu sob sua relatoria os inquéritos ligados ao caso.

Na decisão, o ministro registrou que há menções recorrentes ao parlamentar no percurso investigado. “Há a alusão reiterada, no itinerário delituoso, a um deputado federal, o Sr. Mario Frias, que no terreno hipotético da investigação ocuparia um papel de liderança na suposta arquitetura criminosa”, escreveu.

A apuração envolve recursos federais de emendas parlamentares e verbas municipais repassadas por termos firmados com a Prefeitura de São Paulo. A Polícia Federal também investiga a hipótese de que parte dos valores tenha financiado a cinebiografia “Dark Horse”, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ao determinar a unificação, Dino acolheu o entendimento da PF de que as investigações estadual e federal tratam de um mesmo conjunto de fatos. Para os investigadores, manter procedimentos paralelos poderia prejudicar a elucidação de uma estrutura que teria captado, movimentado e ocultado verbas públicas.

As representações policiais citadas na decisão indicam que a Complexsys Soluções Integradas Ltda., contratada pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB) para executar projetos com recursos públicos, recebeu

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

transferências diretas de Mario Frias. A empresa também devolveu valores ao ICB e enviou quantias à Academia Nacional de Cultura (ANC).

A ANC era administrada por Karina Ferreira da Gama, que também geria o ICB e atuou como produtora de “Dark Horse”. A PF afirmou que essa movimentação não se ajusta a relações comerciais independentes e classificou o fluxo como um “circuito financeiro fechado”, voltado à circulação, fragmentação e reintrodução de valores entre integrantes de um mesmo núcleo.

Os dados de inteligência financeira ainda apontaram remessas de Frias à Go Up Entertainment Ltda., empresa de Karina Gama, em valores que a PF considera incompatíveis com os rendimentos declarados pelo deputado e com a movimentação habitual de suas contas. Os investigadores sustentam que esse elemento pode afastá-lo da condição de simples autor de emendas posteriormente desviadas por terceiros.

A Operação Wi-Fi, da Polícia Civil de São Paulo, também identificou indícios de confusão patrimonial entre o ICB, a Go Up Entertainment e a G07 Assessoria, que funcionavam formalmente no mesmo endereço na Avenida Paulista. Peritos e delegados encontraram faturas emitidas em sequência, na mesma data e com vencimentos idênticos, além de notas fiscais de R$ 2 milhões canceladas logo após a emissão na Fazenda municipal. Na quinta-feira (10), Frias negou irregularidades, chamou a operação de “cortina de fumaça”, disse que entregaria documentos e afirmou esperar o arquivamento do caso.

Dark Horse | Emendas Parlamentares | Jair Bolsonaro | STF | desvio de verbas públicas | flávio dino | mário frias | pl | polícia federal

Fonte original: https://www.diariodocentrodomundo.com.br/dino-cita-mario-frias-suspeita-lideranca-desvios/ · Coletado em 29/09/2026 10:07 · Gerado em 27/11/2026 23:55

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.